

Sujeitos indígenas: estigmatizados pela mídia e Universidade Pública no Mato Grosso do Sul

Indigenous subjects: stigmatized by Media and Public University in Mato Grosso do Sul

Sílvia Mara de Melo

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

<http://orcid.org/0000-0001-9505-9504>

RESUMO: este artigo corresponde a um dos frutos do projeto de pesquisa institucional intitulado “As representações midiáticas do sujeito índio sobrevivente no Estado do Mato Grosso do Sul, MS”, desenvolvido por mim na Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, e visa trazer à tona os estigmas e estereótipos veiculados em enunciados da comunidade acadêmica em relação a estudantes indígenas. Como *corpus* de pesquisa apresentamos tanto respostas de questionário aplicado a alunos indígenas e matérias jornalística do jornal O Progresso, mídia local. Para sustentar nossas análises, buscamos dialogar com autores do campo dos Estudos Culturais e com uma obra de Michel Foucault. A pergunta de pesquisa que norteou nossas análises foi: Como estigmas e estereótipos se constituem nas relações acadêmicas? Como resultado dessa investigação chegamos à conclusão de que as relações no âmbito educacional estão permeadas de preconceito e que as diferenças culturais promovem uma identidade deteriorada.

Palavras-chave: Sujeito Indígena. Estigma. Instituição Educacional

ABSTRACT: the present article corresponds to one of the products of the institutional research project entitled “The media representations of the surviving indigenous subject in the State of Mato Grosso do Sul, MS”, it has been conducted by myself at the Federal University of Grande Dourados, UFGD, and it aims to bring up the stigmas and stereotypes aired in the academic community statements regarding the indigenous students. As a research corpus, not only did we present the indigenous students questionnaire's answers but also the articles from the newspaper O Progresso, local media. To support our analyzes, we spoke with authors in the field of Cultural Studies and relied on a Michel Foucault's work. The research question that guided our analyzes was: How do stigmas and stereotypes constitute themselves in academic relationships? As a result of this investigation, we came to the conclusion that relations in the educational field are permeated with prejudice and that cultural differences promote a deteriorated identity.

Keywords: Subject Indigenous. Stigma. Educational institution

Introdução

Temos como objetivo, neste artigo, trazer à baila tanto enunciados midiáticos quanto enunciados de alunos indígenas matriculados em Instituições de Ensino de nível Superior localizadas na cidade de Dourados, região do Mato Grosso do Sul, MS. As reflexões que aqui se apresentam fazem parte de minha pesquisa institucional que trata de questões indígenas veiculadas na mídia local da região de Mato Grosso do Sul. Nosso objeto de pesquisa se constitui também de excertos extraídos de entrevistas com

Recebido em 30/07/2020

Aceito em 15/11/2020

alunos indígenas regularmente matriculados em cursos de Graduação de duas Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul, MS. Foram entrevistados alunos de vários cursos, e, por uma questão de sigilo, iremos preservar os nomes dos acadêmicos e das instituições.

As entrevistas foram realizadas no âmbito das Universidades no ano de 2019 e o teor dos questionamentos giraram em torno da experiência que esses alunos tiveram na graduação, foi solicitado a eles que falassem acerca do contato com professores dos cursos em que estavam matriculados e com os colegas de sala de aula, também foram inquiridos a relatar acerca das políticas públicas das Instituições de Ensino voltadas para o público indígena. Diante dos questionamentos, obtivemos respostas que permitiram constituir o *corpus* da pesquisa que compõe esse artigo. Nós não iremos definir as etnias dos alunos indígenas que participaram da entrevista, porque essa especificidade não é relevante para nosso trabalho. Nas Universidades é possível encontrarmos principalmente alunos da etnia Terena, Guaraní e Kaiowá, por ser essas etnias as que habitam a cidade de Dourados e região, apenas faremos uma breve menção das etnias que se apresentam no Estado do Mato Grosso do Sul. Nossa postura em não definir a que etnia pertence os entrevistados se deu porque não gostaríamos de que houvesse alguma interpretação que ressaltasse estereótipos. Além disso, sabemos que há diferenças culturais entre as diferentes etnias, que não pretendemos abordar nesse momento de nossas investigações.

Sabemos que o Estado de Mato Grosso é um estado indígena na sua essência, tendo em vista que, antes do processo de colonização, já habitavam diferentes povos indígenas. O Mato Grosso do Sul que fora separado do Mato Grosso em 1977 conta com inúmeras aldeias em diversas cidades. E de acordo com Bartolomeu Meliá (2015), os não indígenas chegaram no Mato Grosso do Sul com uma prática colonialista não muito diferente de outros continentes. Para os desbravadores,

[...] o índio era aquele que devia morrer, não necessariamente como indivíduo, mas como pessoa, como ser diferente e livre. Negá-lo como povo implica sua destruição como homem e mulher diferentes. Estas populações, que permanecem ainda entre nós e conosco, para muitos são inexplicáveis, e pretendem negá-las de uma maneira ou de outra, fazem-nas vir de um nebuloso lugar de origem, distante e alheio, e enviam-nas a um lugar sem lugar (MELIÁ, 2015, p. 16).

Parafraseando Meliá (2015), os povos indígenas na região do Mato Grosso do Sul se tornaram estrangeiros em sua própria casa, desterritorializados pelos desbravadores de terra que aqui aportaram para criar gados, plantar cana, soja, milho,

enfim, exercerem as atividades de agronegócio, eles acabaram por se tornar os “legítimos” donos da terra. Não ficaram apenas com as terras, mas roubaram dos indígenas o direito de serem diferentes.

Chamorro e Combés (2015, p. 20) descrevem que no Mato Grosso do Sul há vários povos indígenas assentados, tais como: Terena e Kinikinau, Kaiowa e Guarani, Kadiwéu, Ofaié, Guató, Chamacoco, Ayoreo, Atikum e Camba. Os terenas, chamacoco, kadiwéu e kinikinau chegaram de regiões vizinhas, já os atikum vieram do Nordeste.

Considerando que nosso *corpus* de pesquisa se deu com entrevistas com alunos matriculados nas Universidades e que tais instituições recebem os acadêmicos de cidades próximas a Dourados, tais como região de Amambai, Caarapó e até mesmo de Dourados, portanto habitantes de diferentes aldeias da região, não nos preocupamos no ato da entrevista em fazer esse levantamento, tendo em vista que nosso propósito é examinar como se dão as relações entre indígenas e não indígenas e polemizar os estigmas presentes no contato com diferentes povos. Sabemos, no entanto, que a maioria dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior pertence às etnias Guarani, Kaiowá e Terena.

Procuramos também trazer à tona recortes do jornal “O Progresso”, mídia local da região de Dourados (MS) a fim de traçarmos um diálogo entre o que a mídia reverbera acerca dos povos indígenas e como esses enunciados encontram eco nos dizeres dos participantes da pesquisa. Compreendemos que nas tramas dessas vozes seja possível lançar uma análise que, de algum modo, sensibilize a sociedade em relação aos povos indígenas que lutam pela sobrevivência em uma cidade de perfil agropecuário, localizada na região centro-oeste em um país neoliberal como é o Brasil.

O que justifica nosso interesse por essa pesquisa é o fato de acreditar que a mídia tem grande influência na construção do simbólico e que, ao reverberar enunciados em relação a fatos que dizem respeito aos povos indígenas, ela acaba por constituir estereótipos e cristalizar crenças, o que se torna emblemático na sociedade em que vivemos. Outro motivo que nos leva a ouvir as vozes de alunos indígenas matriculados em um curso superior é o fato de acreditar que temos que compreender as demandas e fazer ecoar essas vozes tão dramaticamente suplantadas pelas instituições de modo geral. E nossa experiência como docente nos coloca como ouvintes dessas falas no ambiente de sala de aula.

Para examinar o *corpus* que constituímos, procuramos dialogar com estudiosos da área de Estudos Culturais e também do campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos. A reflexão na interface com campos epistemológicos diferentes se faz necessário nessa pesquisa, porque compreendemos que noções de Estigma, Estereótipo e Identidade podem nos dar suporte para compreendermos as relações conflituosas existentes entre povos indígenas e não indígenas. Autores como Michel Foucault; Erving Goffman; Kathryn Woodward, Bartolomeu Meliá serão empregados a fim de sustentar nossas análises.

O objeto de pesquisa consiste de resposta ao questionário que fora lançado a cinco acadêmicos que aceitaram participar da entrevista. Os entrevistados assinaram um termo de consentimento e todos deram entrevista voluntariamente; os acadêmicos são alunos regularmente matriculados em cursos de Graduação de duas Universidades Públicas localizadas na cidade de Dourados, MS e são alunos indígenas. Eles foram solicitados a responder as seguintes questões: 1. Por que você ingressou na Universidade? 2. Como analisa sua recepção de calouros na Universidade? 3. Como foi sua experiência com os professores ao longo do curso? 4. Como foi sua experiência de socialização na Universidade? Como foi seu desenvolvimento acadêmico no curso até o momento? 7. Como você se sente ao frequentar os espaços físicos da Universidade? 8. Qual sua opinião sobre as políticas públicas de permanência dos indígenas na Universidade? 9. Qual a sua opinião sobre a valorização da cultura indígena na Universidade? 10. Qual sua expectativa profissional para a sua área fora da aldeia?

Não abordamos todas as respostas nesse artigo, fizemos um recorte apenas dos enunciados que nos chamaram mais a atenção e que dialogam com nossos propósitos. As respostas dadas denominaremos de Enunciado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Enunciado 1: No começo foi muito tranquilo, mas depois teve preconceito das pessoas, foi difícil encontrar amizade, não dentro da aldeia, dentro da universidade, porque sou indígena, no começo foi tranquilo, mas depois vieram os problemas (*estudante 1 respondendo questão número 2*).

Enunciado 2: Na época, pra não indígena foi bastante acolhedor, mas para mim como indígena eu ficava mais isolada, não tinha aquele acolhimento”. [...] não tinha apoio, quando você entra em um grupo que é totalmente diferente da sua cultura então você não se sente à vontade, quando você é sozinha, essa foi uma experiência que eu tive no momento da recepção dos calouros, ninguém explicava o que era, eu fiquei meio assustada (*estudante 3 respondendo questão 2*).

Enunciado 3: Então com parte dos professores eu tive muita dificuldade, porque na época quando eu entrei eu tive bastante

problemas na parte dos professores, eles falavam para mim que o curso X¹ não eram pra mim como indígena, para mim como indígena seria muito difícil conseguir emprego nessa área. Esse foi o motivo pelo qual eu fiquei um ano e meio parada, os professores falavam para eu ir pra FAIND porque tem matérias muito difíceis de entender a linguagem técnica deles, eu como indígena sou bilíngue então tive dificuldades em algumas disciplinas, então eu corria atrás e perguntava, aí quando eu perguntava, eles falavam assim ‘o fulana, o curso X não é para vocês indígenas, então muda de curso, vai lá para a FAIND’. Então, isso foi me afetando de maneira que eu nem percebia que isso me afetava, aí eu chegava em casa e contava pro meu marido o que eles falavam, ele dizia assim: ‘não desista, é seu sonho, continue’. Eu fiquei 1 ano e meio parada por conta disso, eu me matriculava mas eu tinha medo de vir na faculdade, de ouvir as mesmas coisas dos professores ao longo do ano, mas depois, quando eu entrei no terceiro semestre começou a mudar as coisas porque os professores que estavam dando aula nessas disciplinas não estavam mais, havia outros professores e esses eram mais acolhedores, me incentivavam. Mas eu demorei mesmo para me adaptar e da parte dos colegas eu nem quero comentar (*estudante 3 respondendo questão 3*).

Enunciado 4: [...] houve um debate muito sério na sala e começaram a falar: porque vocês querem terra? Por que vocês precisam de terra se vocês não plantam? Vocês não têm um poder público que ajudam vocês? Seria difícil vocês pegarem terra e vão fazer o quê com essa terra? Minha reação foi ficar em silêncio e sair da sala, respirei um pouco, tomei água e voltei. No final da palestra eu tinha notado um monte de coisa que eles tinham falado. Foi quando comecei a falar: me desculpem a todos eu tenho que me defender, nós indígenas, a gente quer terra, mas não para explorar, plantar e colocar um monte de veneno, a gente quer preservar. Aí eles falaram, preservar o quê, sendo que vocês caçam e comem tudo [...] daí eu comecei a me questionar se eles é que estão certos ou será que eu estou tentando falar algo que eu não consigo debater? Minha reação foi ficar em silêncio e sair da sala, respirei um pouco, tomei água e voltei porque isso acaba a nossa energia de ficar falando pra quem não entende, que não entende essa parte da cultura, costumes, tradição. Eu me posiciono quando me sinto ofendida ou quando os professores estão errados, eu estou representando o meu povo porque sou a única da turma que é indígena e o meu marido é também na turma dele (*estudante 3 respondendo à questão 9*).

Enunciado 5: no geral quando a gente pega ônibus, muitos nos olham de forma diferente, preconceituosa, quando o indígena entra no ônibus e senta pra vir para a faculdade, alguns preferem vir segurando aquela cordinha (em pé, para não sentar próximo ao indígena), alguns falam algumas indiretas e começam a cochichar e a gente sempre vê índio indo para a aldeia bororô de bicicleta, de moto, eles dão risada, ou de cavalo, eles dão risada e olham para a gente. Aqui na faculdade e na parte do RU que a gente percebe eles nos olhando, como a gente tá comendo, se a gente tá segurando o garfo, essas coisas todas, e na parte do corredor, as vezes têm algumas amigas assim conversando e falam da nossa vestimenta, como a gente evoluiu bastante, que a gente tá de roupa e tal, mas assim quando eu ouço essas coisas eu finjo que nem estou escutando (*estudante 3 respondendo à questão 4*).

Enunciado 6: Em relação à amizade está demorando. Porque a maioria gosta de festas e eu trabalho. Estudo e trabalho e tenho muitos afazeres tanto na faculdade quanto no meu serviço. (*Estudante 5 respondendo à questão 4*)

Enunciado 7: É bem, aí não sei explicar. Porque as políticas são bem atrás para nós indígenas, o governo atual (se referindo a Jair Messias Bolsonaro, governo de 2020, a entrevista fora realizada no segundo semestre de 2019) quer matar a gente e não quer a gente na universidade. Eu mesma agora estou sem bolsa né, só do PIBID, cortaram minha bolsa e eu acho que daqui pra frente terá mais cortes (*estudante 1 respondendo questão 8*).

Enunciado 8: eu defendo muito, porque dentro da sociedade indígena tem pessoas que tem poder aquisitivo melhor, que mora perto da estrada, que os pais conseguem ajudar na graduação e se não tivesse essas bolsas não teria como e quase impossível porque os pais não têm condições, precisamos de xerox, de passagens, e se não fossem essas políticas públicas não teria como terminar o curso (*Estudante 4 respondendo à questão 8*).

Além desses enunciados, também são objetos de análise textos midiáticos. Tais recortes se justificam na medida em que entre as notícias da mídia e os dizeres dos alunos indígenas há uma relação que se polemiza, nesse sentido, consideramos relevante examinar a mídia nesse entrelaçar com as “falas” indígenas no intuito de compreender como os fatos relatados se dão.

1. Sujeitos indígenas: o estigma na constituição de suas identidades

Considerando a relevância em trazer à tona noções de estigma para o universo dessa pesquisa, iremos tomar os dizeres de Erving Goffman na obra “Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada” (2019). Goffman discute a noção de “estigma” nessa obra de maneira aprofundada, citando exemplos de situações reais em que o preconceito e os estereótipos são vivenciados por diferentes sujeitos em diferentes condições. Para ele, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. (GOFFMAN, 2019, P. 11).

Segundo Goffman (2019), é possível pensar as noções de estigma de acordo com duas categorias de identidade: a social virtual e a social real. A primeira diz respeito aos atributos que a sociedade impõe a um indivíduo, já a identidade real do indivíduo é aquilo que ele é de fato, e não o que se espera que ele seja. Ao diferenciar identidade real e virtual, o autor traz a noção de estigma, que, segundo ele, está vinculada a um determinado atributo que se dá a uma pessoa, é esse atributo que normalmente é visto como algo negativo que estigmatiza um indivíduo. Em suas palavras, “uma

característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (p. 12). Para ele “um estigma, é então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda nossa sociedade levam ao descrédito”. (p. 13)

O autor define os estigmas em três tipos: o primeiro está vinculado às “deformidades físicas”, o segundo diz respeito “as culpas de caráter individual”, essas estão relacionadas à desonestidade, prisão, vício, alcoolismo, desemprego, tentativas de suicídio etc; nesse segundo tipo, os sujeitos se tornam estigmatizados por algo que não é bem aceito pela sociedade de modo geral. Goffman (2019, p. 14) traz os depoimentos de pessoas estigmatizadas por essas razões elencadas, tal como o homossexual que esconde sua opção em rodas de conversa com amigos para não sofrer preconceito, ou até daqueles que escondem dos pais tal opção para evitar a não aceitação e mesmo a rejeição em alguns casos. Como terceiro tipo, ele menciona “os estigmas tribais de raça, nação e religião”, nesse último, Goffman (2019, p. 14) menciona:

[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

Nesse sentido, pode-se compreender que os sujeitos indígenas apresentam um traço físico característico da sua etnia e ainda se considerarmos um indígena habitante na cidade em que existem as aldeias, os estigmas se cristalizam nos lugares por onde circula fora de sua aldeia. Veremos como isso está bastante marcado nos enunciados dos sujeitos brasileiros não indígenas. Eles normalmente trazem em seus enunciados ou em seus gestos práticas estereotipadas acerca dos sujeitos indígenas, estigmatizando não só pelos traços, mas também pelo modo de vida e cultura. Em uma sociedade mista, como a que vivenciamos no estado do Mato Grosso do Sul, em que habitantes indígenas e não indígenas frequentam os mesmos espaços, as zonas de conflito são eminentes.

Há um modo de reação do sujeito estigmatizado e de acordo com Goffman (2019, p. 27) ele pode adotar duas posturas diferentes, se retrair ou se tornar um sujeito agressivo, para ele, as situações mistas de convívio social promovem uma interação angustiada. E essa situação fica muito visível nos enunciados 3, 4 e 5. Vejamos:

Eu fiquei 1 ano e meio parada por conta disso, eu me matriculava, mas eu tinha **medo** de vir na faculdade (enunciado 3)

Minha reação foi ficar em silêncio e sair da sala, respirei um pouco, tomei água e voltei (enunciado 4).

No enunciado 3, a estudante indígena fora tão estigmatizada no ambiente acadêmico que isso promoveu nela não só o afastamento das atividades acadêmicas como ela mesmo relata, mas também o pavor de frequentar tal ambiente, ela fora estigmatizada tanto por docentes daquela instituição quanto por colegas não indígenas. Já no enunciado 4, a entrevistada, em situação de debate em sala de aula, quando o assunto era relacionado a questões indígenas, não conseguia manter um diálogo, preferia o silêncio, a resignação. Sua voz fora suplantada pelos demais.

Vejamos um recorte do enunciado 5:

[...] no geral quando a gente pega ônibus, muitos nos olham de forma diferente, preconceituosa, quando o indígena entra no ônibus e senta pra vir para a faculdade, alguns preferem vir segurando aquela cordinha (em pé, para não sentar próximo ao indígena), alguns falam algumas indiretas e começam a cochichar e a gente sempre vê índio indo para a aldeia bororo de bicicleta, de moto, eles dão risada, ou de cavalo, eles dão risada e olham para a gente. (enunciado 5).

Como podemos notar, os estigmas não são construídos apenas verbalmente, mas também nos gestos, veja que a estudante diz que os alunos que compartilham o mesmo meio de transporte para se locomoverem para a Universidade não sentam próximos dos indígenas. Preferem vir em pé a sentarem próximo a eles. Os sujeitos percebem a discriminação, mas, de modo geral, a atitude deles diante de tal preconceito é a resignação, tal como abordou Goffman.

No convívio social nessa sociedade mista, tal como nomeia Goffman, as relações são conflituosas, ainda que suplantadas e silenciadas. No ambiente social acadêmico, não há agressividade física ou violência dos sujeitos estigmatizados, há um modo de sobreviver que os fazem se afastar ainda mais dos não indígenas. Ainda no enunciado 5, os estigmatizados são vistos com certa curiosidade pela maneira como comem e como se vestem. Enunciado 5:

Aqui na faculdade e na parte do RU que a gente percebe eles nos olhando, como a gente tá comendo, se a gente tá segurando o garfo, essas coisas todas, e na parte do corredor, as vezes têm algumas amigas assim conversando e falam da nossa vestimenta, como a gente evoluiu bastante, que a gente tá de roupa e tal, mas assim quando eu ouço essas coisas eu finjo que nem estou escutando (enunciado 5).

Esse olhar do estudante para o indígena vem perpassado de estereótipo, pois podemos compreender que eles esperam que os indivíduos não se comportem como eles à mesa e que não vistam o mesmo tipo de roupas. Aqui, o estigma se faz presente pelas

diferenças culturais que não são encaradas com naturalidade. Esperam uma sociedade homogênea, com um único modo de se vestir, com uma única maneira de se alimentar. Sabemos que há inúmeras outras culturas em que os sujeitos se alimentam e se vestem diferentemente dos povos que vivem em países ocidentais.

kathryn Woodward (2014, p. 11) observa que essas diferenças culturais estão relacionadas a questões identitárias. Para essa autora, “a identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças, neste caso, entre grupos étnicos, são vistas como mais importantes que outros”. As diferenças são marcantes porque há um modo de vida peculiar a muitos indígenas, tendo em vista que muitos ainda habitam nas aldeias ao redor das cidades e há um distanciamento dos alunos não indígenas que não frequentam as casas desses alunos, portanto há também uma falta de compreensão desse universo desconhecido. Assim, o simbólico e as representações do que seja um indígena foram construídos a partir de textos históricos, literários e até mesmo pela mídia, e é esse simbólico aliado também a fatores econômicos que povoa o imaginário de indivíduos que demonstram total desconhecimento do que seja a cultura desses povos.

Outro fator que devemos considerar quanto a esse estranhamento e entre os indígenas e os não indígenas refere-se à Globalização, pois, de acordo com Woodward (2014, p. 21), “a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar um distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local”. Isso se dá porque o mercado global faz com que os indivíduos tenham acesso aos mesmos materiais de consumo, desse modo, o sujeito subjetivado pelas práticas históricas de seu tempo acaba por entender que tem as mesmas necessidades do que outros.

Woodward (2014, p. 50) compreende que as identidades são construídas e formadas em relação a outras identidades. Para ela, “a diferença pode ser construída negativamente, por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou ‘forasteiros’. A exclusão dos povos indígenas ocorre de diversas maneiras, mas também há uma vontade de ser incluído e ser aceito por essa mesma sociedade que os exclui e os discrimina. Ainda na esteira do que diz Woodward (2014, p. 81) “a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística está sujeita a vetores de força, a relações de poder”. Tais relações se dão numa hierarquia em que a exclusão dos povos indígenas ocorre de diversas maneiras.

Para Goffman (2019, p. 41) uma das fases de socialização é

[...] aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos ‘normais’, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular.

Podemos compreender que aos alunos indígenas parece não haver outra opção senão incorporar outro modo de vida, aquele que é economicamente praticado pela sociedade globalizante e neoliberal do mundo ocidental. Portanto, muitos frequentam escolas fora da aldeia, cursos universitários a fim de se inserirem no mercado de trabalho e adquirirem um padrão de vida equivalente aos dos não indígenas, mas, como mostraremos adiante, tais relações não se dão de forma harmônica nem mesmo tranquilas.

Goffman (2019) entende que o sujeito estigmatizado apresenta signos, ou seja, algum símbolo que o difere de outros na sociedade em que vive, e, por essa razão, muitas vezes ele tenta esconder tal signo. O autor cita o exemplo do usuário de drogas que procura esconder as picadas de agulhas nas veias, o sujeito que precisa usar aparelho auditivo e também oculta tal necessidade. Nesses casos, o signo pode ser controlado pelo sujeito estigmatizado. Em relação aos entrevistados, disfarçar tal signo é muito difícil, já que os símbolos de sua etnia indígena estão presentes nas características físicas, tais como cor da pele, formato do rosto, textura dos fios de cabelos etc. Por essa razão, percebemos que, pelo teor das respostas que nos foram dadas, a saída que muitos acadêmicos encontram é a resignação e o silêncio.

2. O indígena e o agronegócio na mídia

De acordo com Patrick Charaudeau (2018, p. 29):

[...] nas mídias, os jogos de aparência se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade. Entretanto, e por isso mesmo, os discursos de explicação não podem pretender à verdade absoluta e menos ainda à profecia.

Para o autor, “o papel do analista é o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar”. (CHARAUDEAU, 2018, p. 29). Nesse sentido, compreendermos que nosso papel, ao trazer à tona os enunciados midiáticos num entrelaçar com as falas dos participantes da pesquisa, é levantar os fenômenos para descrevê-los de modo que coloquemos em foco nossa interpretação dos fatos sociais. Sabe-se que a mídia, de modo geral, constitui-se em uma instância que detém uma parte do poder social.

Nesta seção, fizemos um recorte de duas matérias midiáticas que dialogam com os enunciados dos estudantes entrevistados. Aqui temos a mídia local informando e retratando assuntos que direta ou indiretamente perpassam por questões indígenas. Abaixo, temos a primeira matéria retirada do jornal “O Progresso”, mídia em que nos baseamos para extrair os enunciados que compõem o objeto de nossa pesquisa. Esse jornal impresso fora selecionado porque cotidianamente publica matérias inerentes a causas indígenas na região do Mato Grosso do Sul e sabemos que a mídia local, além de informar, também exerce um papel social na medida em que transmite informações de cunho regional que muitas vezes não é de interesse nacional.

De acordo com Peruzzo (2005, p. 69),

[...] mídia local denota uma comunicação baseada em informação de proximidade. Na prática, ela é perpassada por distorções pela forma com que as relações de produção das notícias e de outros conteúdos midiáticos se processam, mas de uma maneira geral, cumpre uma importante função social.

O jornal local irá se incumbir de notícias nacionais, mas também de acontecimentos que se dão num âmbito menor. É nesse sentido que selecionamos duas matérias de um jornal impresso da região do Mato Grosso do Sul, considerando que a temática indígena é inerente à cidade de Dourados e cidades circunvizinhas e tal mídia cumpre a função de informar os acontecimentos nesse âmbito. É salutar afirmar também que as mídias contribuem com a cristalização de estigmas dos povos indígenas, mas, nesse recorte específico que apresentamos dessas matérias, nosso intuito é mostrar que o conteúdo das notícias veiculadas por esse meio de comunicação encontra eco nos enunciados dos participantes da pesquisa, havendo entre eles uma convergência. Em nove de fevereiro de 2018, o jornal O Progresso publicou a seguinte matéria:

Jair Bolsonaro dispara contra invasões e demarcações de terras
Deputado faz carreta em Dourados, conversa com simpatizantes e
fala a produtores rurais
Marcos Morandi

O deputado federal e pré-candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, durante visita política a Dourados, ontem, fez duras declarações contra a invasão de propriedade privada e em relação à atual política indigenista brasileira. Ele também tratou de questões de combate ao tráfico e à violência na fronteira de Mato Grosso do Sul, segundo ele, invasores de terras têm que ser tratados como tal. “Por mim nem haveria reintegração de posse”.

Bolsonaro disse que, na realidade, o índio quer é ser reintegrado à sociedade e não ficar confinado a uma reserva. Invadiu teu apartamento, tua casa, tua fazenda. Chumbo nele”, defendeu o parlamentar. Quando questionado em entrevista coletiva, a respeito de

demarcação de terras indígenas de conflitos agrários no estado e na cidade: “se eu assumir, não tem centímetro quadrado mais pra terra indígena. Eles já têm terra demais” Bolsonaro disse que, que na realidade, o que o índio quer é ser reintegrado na sociedade e não ficar confinado a uma reserva [...] (Jornal O Progresso, 09/02/2018).

O então candidato à presidência da República e hoje presidente eleito, em uma visita a cidade de Dourados, quando de sua campanha nacional, em fevereiro de 2018, fez declarações ao jornal O Progresso e não poupou truculência ao se referir a questões indígenas. Para ele, o sujeito indígena não precisa de terra, pode ser assassinado caso invada alguma propriedade, e isso é retomado como denúncia, pela aluna indígena em 2019, quando participou da pesquisa. Vejamos que, no enunciado 7, a entrevistada diz “[...] o governo atual (se referindo a Jair Messias Bolsonaro) quer matar a gente e não quer a gente na Universidade”.

No enunciado 7, a estudante também relata que perdera uma bolsa. Ela enuncia do lugar de sujeito-indígena, que vive o dia-a-dia na aldeia, com todas as dificuldades que as condições de sobrevivência lhes impõem. Sabemos que há inúmeros problemas nas aldeias ao redor da cidade de Dourados, eles vivem geralmente em situações precárias. Sem acesso à internet, com problemas de saneamento básico e até de transporte público.

Ao dizer que o atual presidente quer matar os indígenas parece algo surreal, se pensarmos que estamos no século XXI e espera-se da humanidade um pouco mais de respeito aos Direitos Humanos, no entanto, não é exagerada nem despropositada o que soa para nós como quase um grito de socorro, pois o atual presidente da República vem tirando direitos mínimos da comunidade indígena e criando leis e decretos que apenas visam atender aos direitos dos agropecuários da região, tal como o decreto do porte de arma, que permite qualquer cidadão assassinar um outro que invadir sua propriedade. Qualquer cidadão que conhece um pouco da diversidade do Brasil sabe que os sujeitos indígenas vivem à margem da sociedade e há inúmeros conflitos envolvendo comunidades indígenas e fazendeiros na região do Mato Grosso do Sul. Esses conflitos são reiterados cotidianamente pelas mídias locais.

Ao enunciar que o “índio quer ser reintegrado na sociedade”, Bolsonaro tenta fazer um deslocamento, mostrando um sujeito preocupado com o indígena. Ora, ser reintegrado na sociedade significaria ter uma política pública que conseguisse manter alunos indígenas nas Universidades Públicas de modo que os mesmos pudessem ter

acesso à educação de qualidade, a trabalho e ser aceito sem preconceito na sociedade em que vivem.

No enunciado 4, há um debate envolvendo questões do meio ambiente, e o aluno não indígena tenta sobrepor sua opinião a opinião da aluna indígena e veja que, no enunciado do estudante não indígena, ecoa o posicionamento do presidente da República, ele menciona “porque vocês querem terra? Por que vocês precisam de terra se vocês não plantam? Vocês não têm um poder público que ajudam vocês?” a aluna indígena disse que ficou em silêncio e saiu da sala, e, quando voltou, ela respondeu: “me desculpem a todos eu tenho que me defender, nós indígenas, a gente quer terra mas não para explorar, plantar e colocar um monte de veneno, a gente quer preservar.”

O sujeito não indígena reverbera uma opinião que não condiz com as suas condições de sobrevivência, há aí uma questão silenciada que é cultural. Há uma dificuldade de compreender as diferenças culturais entre os povos. O indígena não tem as mesmas pretensões de um agropecuário, que busca enriquecer às expensas do cultivo da soja e do desmatamento de florestas para criação de gado. O sujeito indígena, como relata a entrevistada, quer a terra para eles morarem, e eles irão preservar porque não irão plantar soja e envenenar o solo com agrotóxico. As diferenças culturais são grandes propulsores da criação de estigmas e estereótipos. O aluno não indígena que faz ecoar o mesmo enunciado do atual presidente da República (Jair Messias Bolsonaro) é um sujeito subjetivado pelas condições sociais e históricas, tendo em vista que a região do Mato Grosso do Sul é um local em que prevalece uma economia de agronegócios e, portanto, desmatar propriedades para criação de bovinos e plantação de grãos acaba por favorecer o mercado nacional e regional.

No debate em sala de aula, o sujeito indígena não consegue sustentar suas convicções, pois o enunciado hegemônico do aluno não indígena e provavelmente de muitos outros acadêmicos suplanta sua opinião ao ponto de ela mesma se questionar. Vejamos o que a entrevistada diz:

[...] daí eu comecei a me questionar se eles é que estão certos ou será que eu estou tentando falar algo que eu não consigo debater? Muitas vezes eu prefiro ficar quieta, na minha, mas quando falam da pobreza, do bolsa família e quando eu me sinto ofendida eu começo a falar, mas na maioria das vezes, eu procuro não discutir muito.

Ao dizer que tenta se defender quando se sente ofendida, demonstra que as diferenças culturais extrapolam o nível de civilidade e promovem falta de tolerância e

de empatia. Vejamos uma outra matéria publicada também no jornal O Progresso em 22 de março de 2018 e que se coaduna com os dizeres dos participantes da pesquisa:

Em 23 de março de 2018, o jornal local “O Progresso” publicou uma matéria intitulada “PMA de Dourados autua fazendeiro por desmatamento” (sem autoria)

“Multa de 3 mil foi aplicada por desmatamento localizado por imagem de satélite. Equipes da PMA de Dourados estão realizando vistorias nas propriedades rurais dos municípios sob sua responsabilidade, referentes à operação Cervo do Pantanal de combate e prevenção ao desmatamento. Uma das equipes autuou ontem, o dono da fazenda, localizada à margem da rodovia MS 382, no município de Ponta Porã, pelo desmatamento ilegal de 2,06 hectares. O desmatamento verificado por imagem de satélites e as medidas tomadas com uso de GPS ocorrera há algum tempo e já havia pastagem no local. A madeira produto da supressão vegetal não se encontrava mais no local. As atividades foram interditadas. O infrator (78), residente no distrito de Vista Alegre, em Maracaju, foi autuado administrativamente e recebeu multa de 3.000,00. Ele também responderá por crime ambiental que prevê pena de três a seis meses de detenção. O autuado foi notificado a apresentar um Plano de Recuperação da área degradada e alterada (Prada) junto ao órgão ambiental estadual” (O Progresso, 22/03/2018).

Esta matéria mostra como o agronegócio funciona e avança na região do MS de modo criminoso, e a fala da aluna quando diz que o índio não envenena a terra coaduna com essa informação. O que ela tenta dizer em sala de aula funciona como uma denúncia, como um protesto, mas seu comentário é silenciado pelos outros participantes do debate, vê-se que o sujeito-índigena tenta ser ouvido, mas o sujeito não indígena carrega já crenças, já traz um discurso marcado pela sociedade de consumo em que o que importa é plantar, é desmatar para criar gados. Esses sujeitos não indígenas que vivem na região de Dourados são brasileiros e, de modo geral, a mídia constrói um discurso de que o agronegócio alimenta a economia do país e faz o país crescer. No entanto, silencia o fato de que tal crescimento tem um custo alto para a sociedade, pois as práticas de desmatamento e o envenenamento dos rios e lençóis freáticos da região não são comentados pelos sujeitos não indígenas.

3. Sujeitos indígenas na “academia”: relações conflituosas

No enunciado 1, a aluna indígena ao ser inquerida acerca da recepção na Universidade diz que *No começo foi muito tranquilo, mas que teve preconceito das pessoas, foi difícil encontrar amizade, não dentro da aldeia, dentro da universidade, porque sou indígena, no começo foi tranquilo, mas depois vieram os problemas.*

A entrevistada revela que, por ser indígena, encontrou problemas e que foi difícil fazer amizade. Aqui, o sujeito se encontra em um ambiente acadêmico, normalmente frequentado por alunos não indígenas, pois temos que considerar que as políticas públicas de inclusão de alunos negros, pardos e indígenas é uma prática que vem ocorrendo nas últimas décadas no Brasil e o contato com alunos de etnias indígenas causa ainda estranheza àqueles que não vivem na cidade de Dourados e região. Há que considerarmos também que as instituições públicas contam com cotas para alunos indígenas e tais políticas procuram incentivá-los a entrar em uma Universidade. No entanto, o preconceito e a cristalização de estereótipos é algo que reverbera em muitos enunciados que circulam no ambiente acadêmico.

Os estigmas e preconceitos não surgem apenas de colegas de sala do estudante indígena, mas também do corpo docente das instituições de ensino. No enunciado 3, a entrevistada também afirma que teve problemas com professores, os quais não procuravam incentivá-la a continuar no curso. Segundo ela:

Então com parte dos professores eu tive muita dificuldade, porque na época, quando eu entrei eu tive bastante problemas na parte dos professores, eles falavam para mim que o curso X não era pra mim como indígena, para mim, como indígena, seria muito difícil conseguir emprego nessa área.

No enunciado 3, o professor, sujeito que fala a partir do lugar de autoridade no assunto que ministra na instituição, demonstra seu preconceito em relação aos indígenas. Para ele, o acadêmico não terá a competência necessária para levar um curso adiante e realizar seu objetivo.

Sabemos que há evasão em vários cursos nas Universidades Públicas de todo o país, no entanto, um aluno não indígena dificilmente receberia esse tipo de tratamento por parte de um docente. Ainda em relação ao enunciado 3, a entrevistada afirma *esse foi o motivo pelo qual eu fiquei um ano e meio parada, os professores falavam para eu ir pra FAIND porque têm matérias muito difíceis de entender a linguagem técnica deles.*

Aqui há um modo de desacreditar o sujeito em sua capacidade, incentivando-o a deixar o curso porque se acredita que ele não terá habilidade para dominar uma linguagem e o incentiva a ir para a FAIND, Faculdade Indígena. O sujeito-professor, que fala a partir desse lugar legitimado pelas instituições, promove no aluno um comportamento de desmotivação, tendo em vista que este se afasta e pensa em desistir do curso, revela na entrevista que

Eu fiquei 1 ano e meio parada por conta disso, eu me matriculava, mas eu tinha medo de vir na faculdade, de ouvir as mesmas coisas dos professores ao longo do ano, mas depois, quando eu entrei no terceiro semestre começou a mudar as coisas porque os professores que estavam dando aula nessas disciplinas não estavam mais, havia outros professores e esses eram mais acolhedores, me incentivavam.

Percebe-se claramente a exclusão nesse enunciado advindo de um docente no trato com um acadêmico indígena, a ponto de a acadêmica revelar que ficou parada um ano e tinha medo de frequentar o curso e a Universidade. Essa prática de exclusão nos faz retomar e pensar com Michel Foucault no que diz respeito aos procedimentos de controle dos discursos, discutidos no seu já clássico livro “A ordem do discurso”. Michel Foucault (2012) ao se referir à maneira de controlar os discursos, entende que

[...] trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. (FOUCAULT, 2012, P. 35)

Vejamos que o docente, ao desestimular a acadêmica a continuar no curso, tenta excluí-la de um saber que, para ele, é específico de um grupo, provavelmente de alunos que não tenham as mesmas dificuldades com a linguagem técnica que todo curso de graduação e especialidade requer. Desse modo, ele permite que apenas aqueles alunos, no seu entendimento, “mais preparados” tenham acesso a essa linguagem tão “difícil” e, portanto, apenas a eles é permitido entrar na ordem desse discurso. Ainda nas palavras de Foucault (2012, p. 35), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo”. Para o docente que incentiva a acadêmica a procurar outro curso, ela, como sujeito-indígena encontrará muita dificuldade e, portanto, deveria procurar um curso mais fácil.

Para Foucault (2012, p. 41) “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Tomando as palavras do filósofo e examinando a atitude do docente, compreendemos que, inserido no sistema de ensino, este sujeito corrobora um modo de se apropriar de um discurso científico, e, a partir do saber e poder que possui e do lugar legítimo que ocupa, exclui de um saber àqueles que estão à margem dessa sociedade dita “qualificada”. Desse modo, o estudante indígena não terá acesso a uma área escolhida por ele, e assim vai se mantendo o círculo de conhecimento restrito à sociedade compreendida como mais “qualificada”. Está muito incisivo no enunciado 3 uma prática de exclusão e não modificação do *status quo*. Assim, se mantém o sujeito-indígena fora da Universidade e à margem da sociedade. Para Foucault (2012, p.42) o

sistema de ensino nada mais é do que uma sujeição do discurso. Novamente, tomamos seus dizeres

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra, senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT 2012, p.42)

Resguardadas as diferentes posições teóricas nas quais os estudiosos dos estudos culturais e da análise do discurso se inserem, podemos compreender que tais relações de exclusão prementes no discurso de especialidade do docente encontram respaldo também nos dizeres de Kathryn Woodward. Para ela

o que somos significa dizer também o que não somos. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre nós e eles. (WOODWARD, 2014, P. 82)

O “nós” e o “eles” são representativos de duas categorias de indivíduos numa relação de saber e poder. O sujeito-professor não indígena promove a exclusão a partir das relações de saber que mantém com aluno indígena não iniciado no discurso de especialidade que uma área requer. Nas palavras da Woodward (2014, p.82), a divisão do mundo entre “nós” e “eles” promove a classificação, “dividir e classificar significa neste caso, hierarquizar, assim se detém o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados”. Nesse sentido, podemos afirmar que ao desmotivar o aluno indígena a desistir do curso porque encontrará muita dificuldade, o docente acaba por classificar o estudante como incapaz.

Considerações finais

Trazer os dizeres de acadêmicos para o universo desse artigo nos possibilitou realizar uma análise interpretativa das condições sociais de alunos indígenas acadêmicos e seus conflitos na relação com alunos não indígenas e docentes. Assentados nos dizeres de Goffman concluímos que os estigmas estão presentes nos enunciados de alunos não indígenas e também de docentes de instituição de ensino superior. Há uma relação conflituosa que promove a discriminação e preconceito em relação aos indígenas. Os estigmas de sujeitos incapazes e não preparados para frequentarem um curso de graduação no âmbito das Universidades Públicas foram notados nos dizeres de docentes. Há aqui uma clara evidência de que o conhecimento de especialistas, ou seja, o discurso

de especialidade não condiz com as limitações que o docente acredita que um indígena apresenta.

Ao considerarmos a região do MS como uma área em que as atividades de agropecuária movimentam tanto a economia local quanto nacional, as condições de sobrevivência dos sujeitos-indígenas residentes nas aldeias próximas a áreas muitas vezes almeçadas por fazendeiros da região colocam em risco não só a sobrevivência, mas também a existência desses povos.

Como Dourados é uma cidade também de perfil Universitário e agrega universidade federal, estadual, instituto federal e ainda algumas faculdades particulares, um caminho escolhido por indígenas é a educação. Muitos acadêmicos procuram no ensino superior um modo de se integrar na sociedade, embora essa escolha seja permeada por muitas dificuldades impostas não só pelas condições precárias de sobrevivência nas aldeias, mas também pelo preconceito que enfrentam no dia-a-dia até mesmo no ambiente acadêmico. A discriminação com os indígenas vem tanto de colegas de sala de aula quanto de docentes despreparados para lidar com a diversidade cultural.

Concluimos com esse artigo que, no Brasil que temos hoje em 2020, há ainda muito a ser feito no que diz respeito à empatia e respeito em relação à diversidade cultural. Estamos ainda muito longe de termos um país com um nível de civilidade satisfatório.

Referências

CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados: Ed. UFGD, 2015

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019

MELIÁ, Bartolomeu. Memória, História e Futuro dos povos indígenas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados: Ed. UFGD, 2015, p.15-17

MORANDI, Marcos. **Jair Bolsonaro dispara contra invasões e demarcações de terras**. Seção Política, O Progresso, 09/02/2018

PERUZZ, Cílicia M.Krohling. **Mídia regional e local**: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Unesp, a26, n.43, p67-84, 1º sem. de 2005

PMA DE DOURADOS AUTUA FAZENDEIRO POR DEMATAMENTO. *Jornal O Progresso*, 22,03,2018.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Katryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014

WOODWARD, Katryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu; Hall, Stuart; Woodward, Katryn. *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014